


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0006284-24.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Pensão por Morte (Art. 74/9)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 06/02/2014 18:11:55 faço estes autos conclusos ao
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.
subscrevi.

RELATÓRIO

AMADEU LIPORINI NETO propõe ação declaratória c.c. concessão de benefício de pensão por morte contra **SPPREV SÃO PAULO PREVIDENCIA** aduzindo: que foi casado com Maria Isabel Quatrocchio Liporini desde 05/01/1980 a 05/03/2007, quando se separaram judicialmente; que mesmo ocorrendo a separação, continuaram a viver sob o mesmo teto até o falecimento de Maria Isabel (12/04/2012), em união estável; que não teve como formalizar seu pedido de pensão por morte junto ao réu porque não tinha como comprovar a convivência; que o casal havia se esquecido da separação e que nem mesmo a família sabia de tal fato. Pediu, em sede de antecipação de tutela, a concessão do benefício de pensão por morte e, no mérito, a procedência da ação com (i) a declaração da reconciliação do casal ou alternativamente, a declaração da união estável do casal, até a data do óbito e (ii) a concessão do benefício de pensão por morte desde a data do óbito de Maria Isabel. Juntou documentos e fotos (fls. 10/75).

A antecipação da tutela foi indeferida (fls 76).

A ré contestou a ação (fls. 84/90) alegando: que o autor não pleiteou, administrativamente, a concessão de tal benefício, portanto, diferentemente do alegado na inicial, não houve negativa da autarquia-ré; que também nesta ação o autor não juntou ao menos 03 documentos dos previstos no art. 20 do Decreto Estadual nº 55.859/08. Requereu a improcedência da ação e subsidiariamente que, em caso de deferimento do pedido, os juros sejam aplicados à partir da citação e a aplicação da Lei nº 11.960/09. Juntou documentos (fls. 91/93).

Não houve réplica.

O processo foi saneado (fls. 95).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Em audiência instrução foi colhido o depoimento pessoal do autor e de duas testemunhas por elde e arroladas, gravados em mídia (fls. 121) e as partes manifestaram-se em debates orais (fls. 117).

O Ministério Público declinou de sua intervenção (fls. 123).

FUNDAMENTAÇÃO

A ação é procedente.

O autor e Maria Isabel Quatrocchio Liporini separaram-se em 05/03/1998 (e não 27/03/2007, como consta na inicial: esta última data é a da averbação da separação no registro civil apenas, vide fls. 11).

Todavia, segundo a prova colhida, tal separação judicial foi seguida de união estável entre o casal, que não se separou de fato. A união estável está comprovada por documentos (fotografias, fls. 19/25; pagamentos de mensalidade do clube em nome do autor através da conta da convivente, fls. 34/37; pagamento da fatura de luz em nome do autor através da conta da convivente, fls. 38/41; pagamento da fatura de telefone fixo do autor através da conta da convivente, fls. 42/44; pagamento do cartão de crédito do autor através da conta da convivente, fls. 45/48; pagamento do plano de saúde em nome do autor através da conta da convivente, fls. 49/51; pagamento de dívidas da empresa do autor através da conta da convivente, fls. 52/55) e pela prova oral colhida (depoimentos das testemunhas Nair Quatroque Rossi e Clélia Aparecida de Oliveira, ambas afirmando a existência da união estável, que perdurou até o óbito da convivente, tendo o autor, inclusive, cuidado dela durante a doença; as testemunhas sequer sabiam da existência de uma separação judicial prévia).

Sob tal panorama probatório, está comprovada a união estável, configurada na convivência pública, contínua e duradoura, com natureza familiar (art. 1.723, CC), de modo convincente, não havendo a necessidade de preenchimento dos requisitos formais estabelecidos pelo art. 20 do Decreto Estadual nº 52.859/08, mencionado em contestação.

Em consequência, deve ser acolhido, ainda, o pedido de concessão da pensão por morte em favor do autor.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo procedente a ação e: a) declaro a união estável entre


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

o autor Amadeu Liporini Neto e a falecida Maria Isabel Quatrocchio no período compreendido entre 05/03/1998 e 12/04/2012; **b)** condeno o réu a implementar, em favor do autor, o benefício da pensão por morte; **c)** condeno o réu a pagar as parcelas vencidas desde o óbito em 12/04/12 até a data da efetiva implementação do benefício nos termos do item "b" anterior, com atualização monetária pela Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública, desde cada vencimento, e juros moratórios na forma da Lei nº 11.960/09, desde a citação; **d)** condeno o réu nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários em 10% sobre o valor das parcelas vencidas, com encargos, até a sentença.

P.R.I.

São Carlos, 11 de março de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA